

# A Constituinte e o capital estrangeiro

ANC 88  
Pasta Outubro/86  
095

GAZETA MERCANTIL

30 OUT 1986

por Volério Fobris  
de Brasília

Uma participação mais intensa do capital estrangeiro na economia brasileira foi defendida ontem, a este jornal, pelo presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal. Ele afirmou que o País precisa da contribuição do capital estrangeiro para que se assegure emprego a 1,5 milhão de pessoas que ingressam anualmente no mercado de trabalho.

A Confederação das Associações Comerciais do Brasil tem 1,5 mil entidades filiadas e congrega mais de 1 milhão de empresários em todo o País. Desde o início do ano, esses empresários, sob a liderança de Amaury Temporal, vêm-se reunindo com vistas a influir na Assembléia Nacional Constituinte. A Confederação das Associações Comerciais chancelou a impressão de 1 milhão de cópias de uma carta-princípio em defesa da livre iniciativa.

A sugestão, implícita no movimento capitaneado por Amaury Temporal, é de que cada empresário apóie candidatos comprometidos com o ideário da economia de mercado. O presidente da Confederação acha que o capítulo do capital estrangeiro merece um cuidado especial. Argumenta que o Brasil é uma das "economias mais fechadas do mundo", com a participação das importações em seu Produto Nacional Bruto (PNB) de apenas 6%, incluindo-se o petróleo. Sem o petróleo, as compras externas representam 3% do PNB.

Ainda que não veja condições políticas com vistas ao fim do monopólio estatal, como é o caso do petróleo, Amaury Temporal defende maior presença internacional no sistema financeiro do País. Ele diz que essa abertura ensejaria competitividade no sistema. O presidente da Confederação das Associações Comerciais ressalva que a indústria incipiente deve merecer proteção da reserva de mercado, a exemplo das áreas de informática e química fina.



Amaury Temporal

A mobilização dos empresários certamente comportará uma controvérsia entre parlamentares privatizantes e estatizantes, nacionalistas e internacionalistas, capitalistas e socialistas. Amaury Temporal rejeita a classificação de conservadores para os adeptos da economia de mercado e, por conseguinte, da privatização e maior interseção do País com o resto do mundo. Ele acha que a Constituição terá a marca centrista e da mudança.

A julgar pelo depoimento de Amaury Temporal e pela proposta da Comissão de Estudos Constitucionais presidida pelo jurista Afonso

Arinos de Melo Franco, desenha-se ainda um embate entre setores trabalhistas e da representação patronal. Amaury Temporal rejeita veementemente a sugestão da Comissão Arinos de uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais e de liberdade de greve para todos os segmentos, mesmo aqueles ainda hoje considerados essenciais à vida do País.

Amaury Temporal fez questão de sublinhar que muitos dos pontos em debate estão longe de convergir para uma posição consensual dos empresários. Não há uma opinião comum sobre o papel das Forças Armadas. Os estudos da Comissão Arinos submetem qualquer intervenção política das Forças Armadas a uma prévia e expressa autorização dos poderes constituídos. Pretender-se-ia, no anteprojeto da "Comissão de Notáveis", retirar das Forças Armadas a conotação de quarto poder. O que Amaury Temporal espera é que os parlamentares redijam uma Constituição sintética, isto é, que se limite a traçar as linhas gerais. Os empresários preparam para abril do próximo ano um congresso, em Brasília, reunindo os filiados da Confederação e os constituintes.

*caderno  
Legislação*